



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2012.

Comunicação nº 155/12

**Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça
Desportiva / RJ**

Processo: 320/2012

**Requerente: PROCURADORIA DA JUSTIÇA
DESPORTIVA DO TJD/RJ**

Requerido: TANGUÁ FC

I - Trata-se de Denúncia com pedido de liminar *inaldita altera pars*, com fulcro no art. 119 do CBJD, requerida pela D. Procuradoria da Justiça Desportiva do TJD/RJ em favor da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro em face do TANGUÁ FC sob a alegação de transgressão aos artigos 69 do Regulamento Geral da Competição (Temporada 2012) art. 32 Regulamento Específico da Competição e artigos 191 II e 204 CBJD.

II - Com fulcro no art. 119 c/c art. 9º caput e art. 27 inciso I, letra “g” todos do CBJD, passo a examinar o requerimento de plano, valendo ser ressaltado que a medida é plenamente tempestiva, eis que oferecida no prazo de lei, bem como referido Campeonato está sendo realizado e, ainda, por se tratar de medida incidental que está sendo requerida no curso da dilação probatória.

1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

III - É imperioso destacar que o CBJD atribui ao Presidente do TJD competência em caráter excepcional e no interesse do desporto, em decisão fundamentada, para conceder liminar quando houver fundado receio de dano irreparável, artigo 119 CBJD (redação dada pela Resolução do CNJ nº 29/2009).

VI - No caso em tela verifica-se que o requerido estava ciente de que sua participação no Campeonato Estadual de 2012 Série B e C na categoria sub-17 é regida pelo Regulamento Geral da Competição (Temporada 2012) e que o abandono da competição o sujeita as penalidades dos artigos 69 do mesmo.

V- Contudo, como bem salientou a D. Procuradoria o impedimento sumário de disputar campeonato, torneio ou equivalente de categoria organizado pela FERJ prescinde, em respeito aos princípios insculpidos no art. 2º, do CBJD, do exercício da mais ampla defesa com a consequente dilação probatória.

VI - Entretanto, a permanência do Denunciado no campeonato, diante da reincidência específica e injustificada em adotar a prática de não comparecimento nas partidas adedremente marcadas não pode ficar sem guarda, razão pela qual a medida inominada, em boa hora vinda ao mundo jurídico pelo CBJD, traz a possibilidade de ver reparado eventual dano como está a ocorrer no caso presente.

VII - Assim, diante desse quadro fático e em um juízo perfunctório, vislumbro a existência de *fumus boni iuris* na presente, face aos fatos narrados na denúncia e, também, a existência do *periculum in mora* na razão direta em que o Campeonato Estadual de 2012 da Série B e C na categoria sub-17, encontra-se em curso havendo, portanto, fundado receio de dano irreparável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VIII - Na exposta conformidade, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA, SUSPENDENDO O TANGUÁ FC DA PARTICIPAÇÃO DO CAMPEONATO ESTADUAL DE 2012 DA SÉRIE B E C NA CATEGORIA DE SUB-17 ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA PRESENTE AÇÃO, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis e capituladas no artigo art. 69 RGC e art. 32 REC e arts. 191 II e 204 do CBJD

IX - Dê imediata ciência a FERJ por ofício, se for o caso inclusive via *fax* (art. 47, § 1º, do CBJD) ou outro meio eletrônico, do inteiro teor da presente.

X - Determino a distribuição nos termos do artigo 78-A, do CBJD.

XI - Após, abra-se vista ao Requerido (art. 119, § 2º, do CBJD).

Publique-se e cumpra-se.

ANTONIO VANDERLER DE LIMA
Presidente